



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 15 - 2017/2021

Data da Sessão: 30 de Abril de 2020

Início da sessão: 09:30 horas

Términus da Sessão: 13:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Cristina Sofia Campos Pereira, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Otávio Eusébio Rosa, Vera Lúcia Marques da Silva, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, José Maia Marques, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, João Paulo Matos Bragança, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Martins

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Vítor Manuel Machado Gonçalves, António Cardoso Lopes e Luís Filipe Aparício Lopes

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 15 - 2017/2021

30 de Abril de 2020

-----INICIO-----

--- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos horas, reuniu, em sessão ordinária, no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2019.**
- 3) Discussão e votação de proposta de aplicação de resultados.**
- 4) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas.**
- 5) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2020.**
- 6) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.**
- 7) Análise Covid 19 – Concelho de Mação.**

Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Vitor Manuel Machado Gonçalves e António Cardoso Lopes que justificaram as suas faltas em devido tempo, tendo sido substituídos, respetivamente, pelos vogais Octávio Eusébio Rosa, Cristina Sofia Campos Pereira e José Maia Marques. Faltou ainda o vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa, Luís Filipe Aparício Lopes, que se fez representar pelo vogal João Paulo Matos Bragança.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta da sessão de 27 de fevereiro de 2020 será discutida e votada na sessão ordinária de junho de 2020.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal João Filipe entregou à Mesa da Assembleia a seguinte intervenção, que apresentou:

“Manifestação de Solidariedade

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade Popular, empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

É um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social, cultural e no aprofundamento da democracia participativa.

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

O povo exerce o poder político através do sufrágio universal direto e todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.

O exercício destes direitos e destes deveres não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

No Capítulo dos Direitos, liberdades e garantias de participação política, todos os cidadãos têm o direito e o dever de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio dos seus representantes livremente eleitos.

Do mesmo modo, todos os cidadãos têm o direito de acesso, em condições de igualdade e liberdade, a cargos públicos.

Nessa linha, ninguém pode ser prejudicado na sua vida pessoal, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito, em virtude do exercício de direitos e deveres cívicos ou do desempenho de cargo público.

Baseada naquilo que são os Direitos, Deveres, Liberdades e Garantias consignados na Constituição da República Portuguesa, todos os

membros presentes nesta Assembleia Municipal passaram por um processo de eleição.

Foi o povo que nos elegeu como seus legítimos representantes.

Esta Assembleia Municipal, tal como a presente Câmara Municipal e as Assembleias de Freguesia, são constituídas por representantes do povo, eleitos precisamente no mesmo acto eleitoral, com exactamente os mesmos deveres e direitos.

O povo escolheu e qualquer mandato deve ser exercido com a mesma dignidade, quer seja no poder, quer seja na oposição.

Um bom exercício do poder só tem a ganhar se existir uma boa oposição.

No dia 1 de Outubro de 2017 fomos todos eleitos como legítimos representantes do povo maçaense e, por essa razão, compete a cada um de nós desempenhar o seu cargo, o melhor que puder e souber, sempre em favor da população.

Com tudo isto, o que pretendemos manifestar nesta sessão é a nossa Total Solidariedade para com o cidadão Nuno Barreta, eleito na lista do Partido Socialista, Vereador no actual Executivo da Câmara Municipal que propôs em reunião, no passado dia 25 de Março de 2020, face à situação de pandemia que se estava a viver, fossem adquiridos, pelo Município, equipamentos de protecção individual nomeadamente máscaras e álcool, gel e outros, para distribuir às IPSS e população em risco, assim como deliberar pela isenção de pagamentos, nomeadamente, de água, resíduos sólidos e saneamento.

Esta proposta foi classificada de demagógica, oportunista e o Vereador Nuno Barreta acusado de estar apenas a fazer política.

Na acta da reunião entretanto entregue ao vereador do PS, está bem expresso e é notório o desdém com que foi encarada a proposta considerando-a “execrável” e a forma eticamente reprovável como foi apelidado de demagogo o Vereador Nuno Barreta autor daquela, no pleno e legítimo exercício da função de autarca, para que foi eleito.

Houve inqualificável falta de respeito para com o Vereador Nuno Barreta a que acresce a clara tentativa de condicionar a sua ação enquanto autarca, com a ameaça de se apresentar queixa aos seus superiores a nível profissional, quer sobre o teor da proposta, quer, no futuro, sobre o seu comportamento enquanto profissional da saúde.

Esta declaração, e fazemo-lo com a máxima elevação, é no sentido de manifestarmos nossa total Solidariedade para com o Vereador Nuno Barreta e mostrar nossa não aceitação a tudo quanto lhe foi dito pelos representantes da maioria que governa a Câmara Municipal, face a uma proposta que visava o Bem Comum.

No caso, a atuação do cidadão Nuno Barreta, eleito democraticamente Vereador Municipal, constituiu um dever cívico.

Vivemos em democracia. Em Estado de Emergência Nacional, é certo. Mas a democracia não está suspensa pelo que, as ameaças que lhe foram endereçadas não podem acontecer num estado de direito e não dignificam o Órgão e as pessoas que as proferiram.

Felizmente e a bem das comunidades do nosso concelho, não foram precisos muitos dias para que a proposta apresentada pelo Vereador Nuno Barreta tivesse sido

trabalhada e apresentada logo na reunião seguinte, agora pelo próprio Executivo Municipal, com uma única diferença, é que desta feita, foi aprovada por unanimidade.

A bancada do PS sempre tem estado ao lado do município aquando de decisões que são importantes para o concelho tal como anteriormente aqui nesta assembleia já foi referido por alguns de vós. Até contra o nosso próprio partido já estivemos porque sempre quisemos estar com a verdade. Desta vez, exigimos que o executivo seja verdadeiro e humilde, tal como nós sempre fomos.”

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à intervenção anterior e à proposta apresentada em reunião de Câmara, não conhece o conteúdo da mesma nem tem conhecimento do que se passou exatamente mas considera que, como políticos, as motivações da apresentação da proposta e a reação à mesma, são diferentes. Mais refere que o Sr. Vereador Nuno Barreta, com toda a legitimidade, propõe aquilo que entender mas considera que será lícito questionar o Sr. Vereador se o mesmo fez os cálculos dos custos daquilo que estava a propor e se, em algum momento percebeu a dimensão da proposta, mas o executivo, por sua vez, tem de saber a dimensão da proposta pois as motivações são diferentes e as responsabilidades também. Refere ainda que não vai comentar a proposta do Sr. Vereador Nuno Barreta pois o mesmo fez o seu papel enquanto Vereador da Câmara Municipal de Mação mas considera que também não se pode estar aqui a crucificar o executivo por reagir, reação que desconhece na íntegra mas sobre a qual duvida que tenha chegado à dimensão que transpareceu na intervenção apresentada. Refere que não vê, nem o Sr. Presidente, nem o Sr. Vereador António Louro a terem uma linguagem tão grosseira. Continua a sua intervenção referindo que todos, enquanto cidadãos deste concelho, devemos estar profundamente orgulhosos e reconhecidos pelo trabalho que o executivo tem feito na gestão desta situação de pandemia covid 19, nomeadamente em termos informativos, com o exemplo da edição do Boletim Informativo da Câmara inteiramente dedicado à situação que atravessamos, e também em termos de ajuda que tem sido dada à população do nosso concelho em consequência da referida pandemia. Termina referindo que há mais de um mês que o Agrupamento de Escolas está a trabalhar com ensino à distância e informa que Mação pode ser dos primeiros concelhos do país em que nem um aluno pode dizer que não tem meios tecnológicos para acompanhar o referido ensino à distância pois 100% dos jovens têm equipamento em casa para o fazer e isto só foi possível com a intervenção da Câmara que, com rapidez fez chegar ao Agrupamento os equipamentos que faltavam pois o plano da Comunidade

Intermunicipal do Médio Tejo não conseguiu cobrir tudo e a Câmara, de imediato, disponibilizou-se para adquirir os equipamentos que faltavam para que os mesmos chegassem a todos os alunos. Deixa uma palavra de reconhecimento da comunidade educativa maçaense à Câmara Municipal de Mação pois, desta forma, é possível que todos os alunos estejam aptos para este plano de ensino.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção solicitando informação sobre qual é a situação do problema jurídico da Urbanização de S. Miguel, se o mesmo ficou solucionado com a aquisição dos terrenos. Questionou ainda se a Câmara já tentou ou se vai tentar apurar responsabilidades pelo que se passou no passado sobre a construção daquela urbanização que motivou esta situação e o respetivo processo jurídico. Continua a sua intervenção solicitando informação sobre, relativamente às verbas que chegaram ao Município no âmbito dos programas ao abrigo dos incêndios de 2017, em que pé se encontra a execução de todos os projetos elencados neste âmbito. Continua solicitando informação sobre se houve candidatos aos estágios PEPAL, se foram totalmente preenchidos e se já tiveram o seu início. Mais refere que a Câmara abriu uma vaga para Gestão de Equipamentos Desportivos e questiona sobre se a vaga já está ocupada, quem foi selecionado e se já está a trabalhar. Continua referindo que, relativamente aos representantes desta Assembleia, que foram eleitos para serem representantes dos membros desta Assembleia em alguns órgãos de outra amplitude, manifesta o seu desagrado por nenhum destes representantes nunca, salvo numa situação recente, o vogal Carlos Leitão lhe passou informação, lhe passou qualquer informação sobre o que se passava, por exemplo, nas reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil ou no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Deixa o alerta para esta situação pois os vogais são eleitos representantes e devem dar informações sempre que haja eventos aos quais assistam como representantes eleitos da Assembleia Municipal ou representantes das Juntas de Freguesia. Termina a sua intervenção deixando uma palavra de congratulação à Câmara por ter implementado o projeto “Rotas de Mação”, mas considera que um projeto não se implementa só “passando o cheque”, a Câmara implementou o mesmo mas com um conjunto de entidades e cidadãos que também participaram, tendo aparecido na comunicação social que a Câmara implementou o projeto, o que considera não ser totalmente correto, mas é importante na mesma estar a ser desenvolvido, apesar da pandemia ter atrasado um pouco esse processo e espera que o mesmo seja recuperado a 100% quando houver

condições para tal e deixa a sua disponibilidade para continuar a participar no referido projeto.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção solicitando informação sobre o andamento do projeto piloto de reordenamento florestal e coesão territorial que está a ser desenvolvido. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente ao relatado pelo vogal José António Almeida em relação aos equipamentos informáticos disponibilizados aos alunos, considera que foi uma mais valia o trabalho desenvolvido nessa área bem como as diligências que foram feitas junto na ANACOM para reforçar o pedido de melhorar a rede em alguns locais onde a mesma era mais fraca. E relativamente a este assunto, solicita informação sobre se os equipamentos informáticos foram cedidos a todos os alunos do Agrupamento ou somente aos alunos do município de Mação

---O vogal Rui Dias iniciou a sua intervenção solicitando informação sobre se a estrada entre o Campo de Futebol de Ortiga e a Barragem vai ser alcatroada e como vai ser feito por causa da caixa de esgoto junto ao Restaurante da Lena, como será resolvida aquela situação. Continua a sua intervenção referindo que o concessionário do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga foi-se embora, levou o mobiliário e deixou algumas coisas partidas no local, neste sentido questiona sobre se a Junta de Freguesia poderá tratar daquele espaço, matando a erva que se encontra no local e limpando aquele lixo que está a dar mau aspeto ao espaço. Termina a sua intervenção referindo que a obra que está a ser realizada em Ortiga, no âmbito do abastecimento de água à povoação, por uma empresa contratada pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, não está a ser realizada em condições e deixa o alerta à Câmara para a situação.

---O vogal João Luís Pereira inicia a sua intervenção manifestando o seu agrado por todas as intervenções que têm sido feitas pela Câmara na Freguesia de Envendos, nomeadamente na estrada do cruzamento da EN3 até S. José das Matas (Estrada da Vingança), uma obra já desejada há muito tempo, a beneficiação de alguns troços da EN3. Continua referindo que espera que o espírito de colaboração que existe entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Envendos tenha continuidade ad eterno. Mais referiu que os apoios que têm sido dados ultimamente à Junta de Freguesia permitiram realizar uma intervenção nos wc públicos que necessitavam de uma intervenção já há muito tempo e ficaram com uma dignidade excecional. Continua referindo que espera, conforme está previsto, haja uma intervenção na Barca da Amieira. Continuará a insistir e a lutar pela Freguesia de Envendos. Termina referindo que, relativamente à pandemia

covid 19, reconhece todo o apoio que foi dado pela Câmara à Freguesia de Envendos na distribuição de máscaras, na desinfeção dos espaços públicos onde havia mais aglomeração de pessoas e tudo o mais relacionado com esta pandemia. Refere que estará disponível para colaborar com o Município e espera o mesmo do Município em relação à sua freguesia.

---O vogal João Filipe intervém para referir que, e relativamente ao referido pelo vogal José António Almeida, felicita e cumprimenta a Câmara pelo trabalho que tem vindo a ser feito na perspetiva referida bem como no apoio às populações mais carenciadas. Refere que o que está em causa não é isso, foi a abordagem inicial que foi feita a uma situação e refere que é importante separar as coisas pois o que foi apresentado e entregue foi a solidariedade dos eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia para com o Vereador Nuno Barreta naquilo que ouviu e da forma menos elegante como foi tratado. Considera que é importante que se “separe as águas”.

Relativamente ao projeto “Rotas de Mação”, refere que foi aqui mencionado que o mesmo se encontra parado mas ainda ontem se esteve a trabalhar sobre a matéria para que tudo esteja como deve ser, ou seja, está-se a trabalhar nos “bastidores”, e o projeto está parado no terreno mas está a ser trabalhado.

---O vogal José António Almeida intervém para esclarecer que, na sua intervenção anterior nunca teve a mínima intenção de por em causa a legitimidade do Sr. Vereador Nuno Barreta de apresentar as suas propostas, fez questão de afirmar que não conhecia os conteúdos em detalhe e o que quis sublinhar foi que é diferente a responsabilidade de quem propõe e de quem decide. Mais referiu que reconhece o trabalho do Sr. Vereador Nuno Barreta enquanto técnico, sobre o problema que vivemos, tendo mesmo já contactado consigo, enquanto Diretor do Agrupamento, disponibilizando-se tecnicamente para ajudar se necessário e partilhou um conjunto de recomendações técnicas no sentido de evitar erros que outros cometeram e isso também deve ser referido. Termina referindo que aquilo que quis realçar foi que, quem não tem a responsabilidade da execução tem a liberdade de apresentar as propostas que quiser, com legitimidade, mas quem tem a responsabilidade da execução já é muito diferente.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes.

Relativamente à apresentação pelo vogal João Filipe da “ Manifestação de Solidariedade” dos eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia, ao Sr. Vereador Nuno Barreta e antes de se manifestar sobre a mesma propriamente dita, afirma que a responsabilidade foi sua e retira qualquer ónus deste assunto relativamente aos três

vereadores do PSD, independentemente daquilo que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente na referida reunião de Câmara, que está gravado e cuja gravação foi entregue, por sua solicitação, ao Sr. Vereador Nuno Barreta. Mais referiu que, antes de ir em concreto à questão de fundo, e considerando que tem direito à sua defesa e do seu bom nome, refere que, com todo o respeito que tem pelo vogal João Filipe, não recebe do mesmo nem de ninguém, lições de democracia nem de respeito pela oposição e pela opinião dos outros, todos respeitamos a democracia e considera que tem tido, de facto, respeito democrático pelas oposições, acolhendo propostas das mesmas, acolhendo propostas e projetos de pessoas que não são do seu partido e isto é factual, não é bem parecer e o vogal João Filipe é disso testemunha pois têm colaborado em vários projetos e trabalhado muitas vezes em conjunto, apesar do mesmo não ser do PSD. Mais refere que, contextualizando o que aconteceu e a proposta e ameaça mencionadas, o que aconteceu foi que o Sr. Vereador apresentou uma proposta na reunião de Câmara, ainda que, se o executivo quisesse levar as coisas para um patamar que, na Câmara nunca é levado, a referida proposta nem tinha sido aceite pois não foi entregue conforme as normas legais e regimentais e podia ter sido rejeitada, mas não foi e foi aceite, apresentada e discutida. Relativamente à proposta em si, que dizem ter sido trabalhada pelo executivo e em seguida apresentada pelo executivo, desafia o vogal João Filipe a colocar as duas propostas lado a lado e verificar o que há ali de similar, com exceção destes três meses de pagamento de água ser isentado às pessoas porque quanto ao resto não há nada igual. Também a referência à distribuição de máscaras, mas o conceito das máscaras que estavam em causa não é igual. Lança o desafio de lhe mostrarem onde, na proposta apresentada pelo Sr. Vereador, está proposto algo direcionado às empresa e aos agentes económicos, algo direcionado aos alunos do Agrupamento de Escolas, pois se a proposta do executivo foi copiada, como foi afirmado, da proposta do Sr. Vereador, desafia os eleitos do PS a irem comparar as duas propostas, e as pessoas terão oportunidade de o fazer, para verificarem o que é que está igual ou copiado. Em relação às ameaças mencionadas, refere que, na reunião está gravado a sua pergunta ao Sr. Vereador Nuno Barreta se aquela proposta era validada pela DGS, nomeadamente pela Delegada de Saúde, ao que o Sr. Vereador respondeu que não sabia mas que se responsabilizava por ela e por isso, o que disse e fez foi remeter aquela proposta à Autoridade de Saúde para saber se a mesma era compaginável em termos daquilo que as Câmaras deveriam fazer naquela data (25 de março), e fê-lo abertamente, conforme disse e da mesma tiveram a resposta da

Autoridade de Saúde que o Sr. Vereador tem conhecimento. Mais referiu que, relativamente à segunda parte da ameaça, o que disse, e volta a repetir, foi que, se em algum momento, tivesse conhecimento que o Sr. Vereador Nuno Barreta, nas suas funções de enfermeiro, utilizasse aquela proposta com alguma intenção política no sentido de querer dizer “isto está a acontecer porque a Câmara não o fez”, não deixaria de o denunciar, não no sentido de andar a dizer na rua mas de falar com as pessoas. Mais refere que disse isto e teve o cuidado de acrescentar sempre (está gravado três vezes) sem por em causa o profissionalismo do enfermeiro Nuno Barreta. Termina este assunto referindo que a razão porque reagiu assim, bem como o Sr. Vice-Presidente, foi porque ficou insinuado que, se houvesse uma morte, ou algumas mortes neste contexto covid 19, a responsabilidade poderia ser da Autarquia e do Presidente da Câmara se não adquirisse aqueles equipamentos, tendo o Sr. Vereador utilizado a expressão: “ o Sr. Presidente está disposto a perder três mil pessoas?”, ao que questionou por três vezes se o Sr. Vereador estava a querer responsabiliza-lo ou a insinuar que a Câmara, se não fizesse isto, seria a responsável por estas mortes e o Sr. Vereador nunca negou isto. Assim, questiona o vogal João Filipe sobre se lhe fosse colocada esta responsabilidade de ser responsável por três mil mortes ou mesmo por uma morte, qual seria a sua reação a este assunto. Termina referindo que foi esta questão que teve a reação, nunca pôs em causa o profissionalismo do enfermeiro Nuno Barreta e, após ter recebido a resposta da Autoridade de Saúde, nada mais se passou e não voltou a falar sobre o assunto e pensa que está esclarecido o contexto e tudo está gravado e assume a responsabilidade pessoal e política sobre este assunto.

Continua a sua intervenção agradecendo as palavras do vogal José António Almeida e referindo que efetivamente a Câmara distribuiu aos alunos os equipamentos referidos e considera que a autarquia tem feito aquilo que é a sua obrigação relativamente a esta situação de pandemia covid 19.

Em relação à intervenção do vogal José Fernando Martins, refere que supõe que nos documentos que o mesmo recebeu na última sessão da Assembleia Municipal estava lá o despacho final do juiz onde diz que, com esta aquisição e com a formalização daqueles terrenos, o assunto está ultrapassado. Sobre a questão do apuramento de responsabilidades, refere que esta matéria é de 2005, há 15 anos e não foi feito apuramento de responsabilidades pois o executivo parte do princípio que os técnicos da Câmara que analisara e os políticos que decidiram, agiram ambos com a consciência de que estavam a fazer aquilo que deviam, em face dos documentos que tinham à sua

frente. Relativamente às verbas do FEM e do PSOUE, estão a terminar, ainda faltam algumas intervenções, nomeadamente na zona de Cerro, Louriceira, Serra, Penhascoso, e mais algumas pequenas intervenções. Relativamente aos estágios PEPAL, informa que houve 3 ou 4 admissões que foram suspensas, era para terem entrado em Março ou abril mas, por causa da pandemia covid 19, ficaram suspensas e entrarão quando houver condições para tal. No que diz respeito ao concurso para Gestão de Equipamentos Desportivos, pensa não ter havido entrada especificamente para o mesmo mas informa não ter informação suficiente, de momento, para dar uma informação exata. Relativamente ao projeto “Rotas de Mação”, refere que o Presidente da Câmara nunca se apropriou deste projeto e desafia o vogal José Fernando Martins a mostrar uma declaração sua em que a Câmara se intitule dona deste projeto, muito pelo contrário, mas não é responsável pelos títulos dos jornais nem exerce influência a esse nível e sobre este assunto afirma que basta ler a página 4 do Relatório de Atividades que será discutido no ponto 1) da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, onde diz “ o ano de 2019 marcou também o arranque de um projeto a que a Câmara se associou com grande empenho e consequente mobilização de recursos financeiros e outros, que são as “Rotas de Mação”. Este projeto, saído daquilo que podemos chamar sociedade civil, congrega um conjunto variado de entidades e cidadãos do nosso concelho em prol de um objetivo, sendo por isso motivo de muito orgulho.”

Relativamente à questão da vogal Carla Loureiro sobre a distribuição dos computadores aos alunos do Agrupamento, a Câmara procedeu em conformidade com o que foi solicitado pelo Agrupamento de Escolas, o Município entregou ao mesmo para os alunos que estavam sinalizadas pelo Agrupamento de Escolas, não sendo da responsabilidade da Câmara a seleção dos alunos que necessitavam ou receberam equipamentos.

Relativamente à questão do vogal Rui Dias sobre o alcatroamento da estrada referida, informa que a Câmara contratou a empresa do Sr. Durão para realizar um conjunto de pequenas intervenções no concelho de Mação, nas quais também em Ortiga, não só a estrada até à Praia Fluvial mas também a ponte e a zona da Praia Fluvial mas ainda está em avaliação o que será feito exatamente nesse local. Relativamente à obra do reabastecimento de água a Ortiga, a responsabilidade é das Águas de Lisboa e Vale do Tejo e, por isso, será comunicado à referida empresa que a obra não está em conformidade com o que deveria ser feito e tentar encontrar uma solução com a empresa que está a realizar a obra e responsabilizá-la pela situação.

--- O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à questão da intervenção sobre a proposta do Sr. Vereador Barreta em reunião de Câmara, quem não seja de Mação e não conheça o Vasco Estrela e o António Louro, talvez até acredite nessa história que os mesmos fazem ameaças pessoais ao Vereador mas para quem conhece o conhece a si e ao Presidente, terá dificuldade em entender e acreditar numa situação dessas, como não acreditaria se lhe dissessem que alguém das pessoas aqui presentes o teria feito pois são questões de natureza do conhecimento das pessoas, que não é de ontem, mas de muitos anos de convívio. Mais refere que o que aconteceu foi, no seu entender, não foi nada do que foi apresentado nem nada de ameaças, o que aconteceu foi uma situação muito simples: dentro dos seus direitos, o Sr. Vereador Nuno Barreta fez uma proposta inopinada que, na sua opinião, não foi bem pensada e que, na prática dizia que a Câmara devia ajudar as Instituições de Solidariedade Social comprando material, coisa que a Câmara até já estava a fazer, tendo já encetado as démarches para isso. Mais refere que também não tinha discussão nenhuma o apoio na água, relativamente ao mês de março, todos os municípios da CIMT tinham tomado a decisão de não cobrar a água do mês de março aos seus munícipes e a Câmara de Mação já tinha decidido isentar de pagamento a água do mês de março como sinal de solidariedade. O problema da proposta do Sr. Vereador, a mesma aponta para três meses com isenção total do pagamento de água e mais três meses com redução de 50%, o que significa na Câmara de Mação um valor entre os 120.000,00€ e os 140.000,00€. Refere ainda que era também proposto que fosse dado material de proteção (máscaras e gel desinfetante) a todos os idosos do concelho de Mação, não esquecendo que estávamos em março, quando o País tinha imensa dificuldade em arranjar material de proteção para os profissionais de saúde, muitos não tinham em quantidade suficiente e o Sr. Vereador Nuno Barreta vem propor que a Câmara compre material de proteção para mais de 3000 idosos do concelho, numa altura em que havia pouco material disponível para adquirir e as máscaras custavam 5,00€ cada uma. Refere que se lembra de ter questionado o Sr. Vereador sobre como seria feita a distribuição, se seria considerado os 65 anos e quem tivesse 64 anos e 11 meses não recebia, considerando que isto seria extremamente complicado de por em prática e não fazia sentido. Refere ainda que para além disto levantou-se a questão de, quando aparecerem casos positivos e as pessoas aparecerem contaminadas, será muito fácil dizer que a culpa é da Câmara porque não comprou material para proteger as pessoas e foi sobre isso que chamaram a atenção ao Sr. Vereador Nuno Barreta. Refere

que nem sequer discutiu os mais de 200.000,00€ do valor da proposta pois considera que não era isso que estava em causa, não o choca dar esse apoio, o que o choca é que seja dado a quem não precisa pois se há pessoas que recebem a sua pensão sempre certa, sempre igual, porque é que essas pessoas necessitariam de ser isentadas de pagamento da água? E explica que o procedimento da Câmara nesta matéria foi isentar de pagamento de água o mês de março como sinal de solidariedade mas nos meses seguintes de abril, maio e junho, esse apoio foi dado às pessoas que entendiam precisar dessa ajuda e o ónus foi colocado na consciência das pessoas que solicitavam o apoio se entendessem que necessitavam do mesmo e a Câmara dá sem qualquer avaliação e verifica-se que muita gente que está a pedir não perdeu rendimentos mas a Câmara dá o apoio. Mais refere que, ainda sobre a questão da proposta considera que o Sr. Vereador Nuno Barreta tem uma dupla responsabilidade pois não consegue ser vereador sem deixar de ser um representante da saúde pública do concelho e apesar de estar nas reuniões como vereador não consegue deixar a parte profissional completamente de lado e quando o mesmo fala de assuntos de saúde tem um respeito e uma consideração que os outros membros da Câmara não têm pois tem conhecimentos que os outros não têm e, por isso, também de assumir que, quando faz uma proposta destas, a mesma tem um peso redobrado e o problema que aqui se pôs foi que se achou que era perfeitamente demagógico a Câmara, naquela altura, ir ao mercado comprar material que não havia para 3000 pessoas do concelho e não aceitando a proposta, o que ficou foi uma situação em que, havendo situações de contágio, a responsabilidade seria da Câmara porque não tinha dado às pessoas o material de proteção. E foi isso que foi questionado ao Sr. Vereador, se o mesmo queria mesmo colocar esse ónus sobre a Câmara e a discussão foi nestes termos e tudo isto está gravado e o Sr. Vereador está na posse da gravação. Na sua opinião nada mais se passou do que o Sr. Vereador Nuno Barreta ter posto sobre o executivo que chumbou a proposta, o ónus de não dar às pessoas o material de proteção. Termina manifestando a sua solidariedade para com o Sr. Presidente pois considera que o assunto foi tratado politicamente, sem queixas nem uso político do assunto na rua, o mesmo foi tratado nos fóruns pois a preocupação foi que, sendo o Sr. Vereador Nuno Barreta um representante da Saúde no nosso concelho, esta proposta estaria ligada às medidas nacionais ou não e, nesse sentido, foi questionada a chefia da Saúde Pública da nossa região no sentido de saber se esta proposta tinha algo a ver com a visão dessa entidade, e veio-se a

saber, por resposta da mesma, que não tinha e por isso ficou a proposta do cidadão Nuno Barreta que voltaria a votar da mesma forma pelos motivos que explicou.

Relativamente à questão da vogal Carla Loureiro e o projeto piloto de reflorestação e coesão territorial, informou que não tem sido fácil a gestão da expectativa relativamente ao mesmo pois esperámos 16 anos por um projeto piloto e foi preciso ver o concelho arder todo para ver assumir o compromisso político do Governo para o mesmo se fazer.

A Comissão de Acompanhamento que foi criada já reuniu quatro vezes, tem tido alguns atrasos por causa desta questão da pandemia covid 19 e, entretanto foi solicitado aos municípios que fizessem propostas no sentido de cumprir uma das linhas de ação que é a elaboração de um documento que analise porque é que se chegou, nesta região centro do país, a uma situação tão grave em termos florestais e porque é que tudo aquilo que o país tem estado a tentar fazer não resultou e vai ser contratada uma empresa, por parte do ICNF, para fazer um estudo das condições efetivas e basilares que estão a dar origem a este fenómeno tão grave e também fazer propostas. E, em relação a isto, foi dito pela autarquia de Mação para terem atenção e não ficarmos de novo por documentos de análise e propostas e projetos em papel porque o que nós precisamos é de fazer alguma coisa de diferente no terreno. Então, o Sr. Secretário de Estado assumiu claramente que, para além dessa linha de ação, queria outra, que era os municípios começarem a fazer intervenções no terreno que considerassem ser no sentido correto e que estivessem de acordo com aquilo que são as linhas orientadoras do Governo nesta matéria, ou seja, solicitou que os municípios apresentassem projetos piloto para a sua floresta. Informou que a Câmara de Mação assim fez, o executivo reuniu com os representantes do PS, o assunto foi discutido em reunião de Câmara, ouvindo propostas e tentando enquadrá-las na proposta do executivo e foi apresentada essa proposta de projeto piloto e entretanto chegou a pandemia covid 19 e tudo parou.

Mais informou que, na semana passada realizou-se uma reunião com os representantes do ICNF na qual foi analisada a nossa proposta e a maior dificuldade que todos os municípios estão a ter é que não foi ainda dito de forma clara qual o valor que a proposta pode ter, sendo tudo um pouco vago, o que nos deixa limitados na forma como fazemos a proposta. Informou ainda que, nesta primeira reação, as indicações foram no sentido de diminuir o valor da nossa proposta e, neste momento estamos em negociações e aquilo que se espera é que o orçamento vá acertando à medida que se vai avançando. Mas aquilo que se pretende fazer é por em prática os conceitos que Mação vem defendendo desde 2003 e que estão hoje perfeitamente integrados na legislação

nacional e, nos próximos dias, como houve uma aceitação preliminar da nossa proposta, vamos começar a ter reuniões com os representantes das diversas ZIF's e com as Juntas de Freguesia dessas áreas e com os representantes desses territórios, no sentido de tentar estabelecer um cronograma de ação para começar a trabalhar na constituição destas entidades e na elaboração de eventuais candidaturas para depois apresentarmos.

---O Sr. Vereador Vasco Marques inicia a sua intervenção para referir que, relativamente à questão do vogal Rui Dias relativamente à Praia Fluvial de Ortiga, foi solicitado ao concessionário para retirar o material dele, para na próxima semana entregar a chave do bar na Câmara. Mais refere que relativamente à erva existente no local, como se irá iniciar muito brevemente uma intervenção na torre de madeira de atividades radicais e depois dessa intervenção virá a niveladora da Câmara para requalificar todo aquele espaço pelo que não vale a pena agora intervir nas ervas pois far-se-á tudo em seguida à intervenção na torre, que terá início nos próximos dias.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente informou que está em obra a requalificação da estrada do cruzamento da EN3 até S. José das Matas (Estrada da Vingança). Mais informou que está a terminar o período de apresentação de propostas para a Requalificação do Cine Teatro Municipal de Mação. Informou ainda que já está nos serviços, para elaboração, o Caderno de Encargos e todos os procedimentos do concurso para a Rota das Lagoas e Pesqueiras, junto ao Rio Tejo, em Ortiga. Mais referiu que espera que entre em obra no início do próximo mês a Casa do Cidadão, em Cardigos, onde será instalado o Espaço do Cidadão. Informou que a requalificação dos arruamentos da povoação de Carvoeiro está praticamente concluída, faltando terminar somente alguns pormenores. Mais informou que a Câmara espera ser possível, no próximo trimestre, realizar a requalificação em Aboboreira e também alguns arruamentos

na freguesia de Amêndoa. Deu conhecimento que a Câmara tem acompanhado, há mais de um ano, investidores no concelho na área da cannabis para fins medicinais e desses projetos, neste momento já existem duas empresas com pré licenças do Infarmed para instalarem no Concelho de Mação plantações, fábricas e armazéns para o tratamento destes produtos. Termina referindo que todos terão consciência que dificilmente haverá Feira Mostra em Mação este ano, não estando ainda tomada a decisão final pois aguardam-se as decisões do Conselho de Ministros e do Governo, mas tudo aponta para que não se realize a Feira Mostra este ano, apesar da Câmara já ter contratos assinados no valor de várias dezenas de milhares de euros, mas evidentemente que a situação atual tem mecanismos para se resolver esse tipo de situações.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2019.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que os documentos são explícitos relativamente ao que foi a ação da Câmara em 2019 e do ponto de vista do executivo foi um ano positivo dentro daquilo que era possível. Mais refere que 2019 foi um ano com um conjunto grande de intervenções e obras que decorreram um pouco por todo o concelho, muito fruto da tragédia que aconteceu em 2017 e dos apoios que daí decorreram e que ao mesmo tempo nos obrigaram a grande desgaste em termos de procedimentos e da disponibilidade das pessoas para trabalhar. Refere ainda que 2019 foi um ano em que convivemos, até meados do ano, com o processo judicial contra o Estado em que não sabíamos quais as verbas que iríamos receber, se 60% ou 100% pois os concursos estavam lançados e foi também um ano em que, mais uma vez tivemos um incêndio florestal que nos consumiu uma área considerável do nosso território que teve por sua vez complicações administrativas e políticas e tudo isto criou algumas dificuldades que fomos gerindo ao longo do ano mas que não servirão de desculpa para o que foi feito de bom ou menos bom durante este ano. Mais refere que foi o ano em que todas as questões que estavam relacionadas com os incêndios de 2017, tiveram o seu fim, no sentido de que a Câmara de Mação comprovou o que tinha dito. A Câmara foi fazendo as intervenções com aquilo que tinha previsto e também é um facto que nem tudo foi feito e deixa a nota que foram cumpridos os compromissos assumidos com o Sr. Vereador Nuno Barreta em sede de orçamento, o que tinha sido posto em dúvida neste órgão.

Relativamente à Inovação e Ação Social, refere que vem elencado no relatório vários projetos nos quais as equipas do Serviço de Ação Social estão a trabalhar e está a ser feito o acompanhamento daqueles que são os mais carenciados da nossa ação e do nosso apoio. Mais refere que tiveram início os serviços de Nutrição da Câmara e a construção do Centro de Atividades Ocupacionais, obra que, felizmente, está a decorrer a bom ritmo e que se espera que em breve possa estar em funcionamento.

No que diz respeito à Educação e Cultura considera que os méritos da Câmara nesta área são reconhecidos por tudo aquilo que é feito quer no apoio à Comunidade Escolar, quer no desenvolvimento da cultura no nosso concelho com o incremento que tem tentado dar nessa matéria, o desenvolvimento do espaço em que nos encontramos. Mais refere que foi concluído o Núcleo Museológico de Ortiga e destaca o projeto “Música nas Freguesias”.

Em relação ao Empreendedorismo, destaca a proximidade que se tem tentado implementar junto dos empreendedores do nosso concelho, o trabalho que tem sido desenvolvido através do Gabinete do Empreendedor, onde várias candidaturas foram feitas ao longo do ano para serem submetidas aos sistemas de incentivos e já foram iniciados os contactos com os proprietários para possibilitar o alargamento da Zona Industrial das Lamas.

Relativamente à Floresta e Sistema Agro - Florestal, infelizmente 2019 foi mais um ano em que fomos confrontados pela tragédia de mais um grande incêndio florestal e que, uma vez mais veio demonstrar aquilo que tem sido dito, nomeadamente, pelo Vereador António Louro sobre a insustentabilidade do nosso território em termos florestais. Mais refere que a autarquia continua, por isso, a defender aquilo que já defende há mais de 15 anos, uma alteração substancial daquilo que é a nossa paisagem e o nosso território. Termina realçando ainda os projetos desenvolvidos relativamente aos apoios da APA e também do ICNF, das medidas de estabilização pós incêndios de 2017.

No que diz respeito à Valorização dos Recursos, realça o projeto das “Rotas de Mação”, que em boa hora saiu da sociedade civil, congregando um conjunto de entidades e pessoas, nomeadamente, Câmara Municipal, Juntas de Freguesias, Bombeiros Voluntários de Mação, Guarda Nacional Republicana, tem sido um esforço grande que tem sido feito e no qual a Câmara tem envolvido os recursos que são solicitados e que considera ser um projeto muito importante para Mação. Deixa uma palavra de agradecimento às Associações do Concelho de Mação pelo enorme esforço que vão

fazendo ao longo do ano para manter vivas as suas povoações e as suas freguesias, ajudando a dinamizar o nosso concelho.

E m relação à Manutenção de Infraestruturas e Património refere que muitas obras foram feitas e tiveram como base os apoios aos incêndios de 2017, obras essas que tiveram, numa primeira fase, apoio com comparticipação a 60% e numa segunda fase, curta, a 100% e agora, voltando a estar numa fase de 60% de comparticipação. Mais refere que, para além dessas obras, também foram realizadas no concelho um conjunto de intervenções e que nada têm a ver com aquilo que diz respeito aos incêndios de 2017 e que vêm devidamente elencadas no Relatório de Atividades.

Continua a sua intervenção deixando uma palavra aos serviços da Câmara que, em alguns momentos, foram sujeitos a muito esforço, mais do que aquilo que é habitual e que, de forma geral responderam ao esforço que lhes foi solicitado.

Relativamente à questão orçamental propriamente dita e às contas da Câmara, considera que foi um ano muito bom em que se verificou uma execução, no âmbito das receitas de 89% nas receitas de capital e de 77% nas receitas correntes e um saldo positivo superior a 1,6 milhões de euros, o que é um bom resultado. Relativamente à evolução das despesas correntes, e ao aumento das despesas com pessoal refere que o mesmo se deveu ao ingresso na Câmara das pessoas que estavam em situação precária. Considera ainda que deve ser registado o equilíbrio orçamental, com um saldo positivo entre o que foi a despesa corrente e a receita corrente. Em relação à dívida do município refere que estamos em linha com o valor do ano passado e com uma capacidade de endividamento total de mais de 12 milhões de euros, e a 31 de dezembro de 2019 tínhamos uma capacidade de endividamento de cerca de 9,6 milhões de euros, da qual podíamos utilizar 1,9 milhões de euros, segundo as regras das Finanças Locais. Termina referindo que as taxas de execução estão dentro daquilo que foi previsto na Lei. O prazo médio de pagamento a fornecedores está em 28 dias, ou seja, estamos a pagar em cerca de 30 dias, eu considera ser também um bom indicador. Assim, considera que, com todas as questões que surgiram e o trabalho que foi desenvolvido, as contas da Câmara estão muito similares às do ano anterior, tendo-se verificado uma boa execução, de 89% e destaca que o orçamento era de 12 milhões de euros que representa um volume financeiro muito grande e a Câmara tem hoje uma situação muito estabilizada em termos financeiros, o que dá confiança para o resto deste mandato e para o futuro, apesar da sua convicção ser de que vão surgir situações que vão exigir grande esforço financeiro à Câmara e que terão de estar atentos a essa matéria para não estragar o que

se tem feito e o executivo vai continuar neste caminho e manter as contas como tem sido feito ao longo do tempo.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que a apresentação dos documentos tem melhorado de ano para ano e que estes documentos são bastante perceptíveis.

Faz uma chamada de atenção para que a Câmara proceda de acordo com o referido pelo Técnico Oficial de Contas, no que respeita às dívidas de alguns maçaenses sobre consumo de água ao domicílio, dívidas essas existentes há vários anos com reflexo nas contas, quando pela sua antiguidade algumas já serão incobráveis, dado já terem legalmente prescrito. Daí a necessidade de se agir, atualizando essa listagem de dívidas.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que estes documentos de prestação de contas demonstram honestidade e coerência. Honestidade política e coerência nas respostas, não beneficiando as áreas por motivos políticos. Mais referem que demonstram também uma abrangência etária e uma abrangência territorial, não havendo tratamento privilegiado para nenhuma freguesia por causa da política. Refere ainda que, tecnicamente e em relação aos números, considera que os níveis de execução, tanto na receita como na despesa são muito interessantes e a execução do PPI ultrapassa os 60% e por isso pode ser considerada uma boa execução. Relativamente ao parecer do ROC, considera que o mesmo tem mais concordâncias do que recomendações o que demonstra que a autarquia está a fazer um esforço para melhorar. Termina referindo que a Câmara está organizada e estabilizada e, por isso, está no bom caminho.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção solicitando informação sobre a rubrica de transferências de verbas para as associações, se é referente aos subsídios ou se engloba também os apoios para obras e aquisições de alguns equipamentos.

Continua a sua intervenção referindo que foi mencionado o saldo positivo apresentado, que é significativo efetivamente, mas refere que não se podem esquecer também existe um valor significativo de compromissos não pagos e os mesmos vão absorver o referido saldo positivo.

---O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que o vogal João Filipe fez referência, na sua intervenção, a algo que o ROC refere no seu parecer, tendo evidenciado algo que o mesmo destaca de mau mas nada sobre o que o ROC destaca de bom. Relativamente à Intervenção do vogal José António Almeida refere que o

documento é suficientemente claro para que as suas palavras sejam subscritas, e execução é indesmentível apesar do executivo, às vezes, ter a sensação de que, aqui ou ali, as coisas pudessem ser feitas de maneira diferente mas a vida é mesmo assim, quando se termina algo e se olha para trás tem-se sempre a sensação que se podia ter feito algo melhor e que se podia ainda fazer algumas melhorias e podiam ser tomadas outras decisões. Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins relativamente às transferências para as associações, informa que há dois tipos de transferências para as associações, uma é transferência corrente e outra é de capital e o que vem referido no documento é aquilo que os serviços reportaram terem sido as transferências quer de capital, quer correntes, para as associações do nosso concelho. Em relação ao referido sobre a questão dos compromissos por pagar, considera que o vogal José Fernando Martins considerou também os empréstimos de longo prazo, as contas não podem ser feitas assim e esqueceu-se também de falar do valor que estava em caixa de mais de 1,7 milhões de euros que a Câmara tinha em depósitos bancários e, como sabem, compromissos podem não ser dívida, podem significar em alguns casos requisições, procedimentos, concursos por lançar e informa que, neste momento, sem a Câmara ter adjudicado a obra do Cine Teatro de Mação, já aparecem no Orçamento, ao dia de hoje, compromissos por pagar daquela obra em que está cabimentado, ou seja, não era exigível, o que é exigível, em bom rigor, é quando a fatura entra na Câmara.

---O vogal José Fernando Martins refere que a sua intervenção foi no sentido de, quando algumas pessoas vêm o saldo positivo da Câmara, podem pensar que a Câmara tem saldo positivo considerável, quando o que acontece é que existe fisicamente esse dinheiro mas, contabilisticamente, para os compromissos assumidos, esse dinheiro faz falta. Mais refere que o sentido da sua intervenção é desmistificar aquilo que muitas vezes se diz que se sobrou tanto dinheiro, poderia ter sido feito algo mais com ele.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 9 abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Discussão e votação de proposta de aplicação de resultados.**

O Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta:

“Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), propõe-se que o resultado líquido negativo de 753.493,07€ (setecentos e cinquenta e

três mil, quatrocentos e noventa e três euros e sete cêntimos), apurado no exercício de 2018, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados”.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao parecer do Revisor Oficial de Contas refere que o mesmo já foi ligeiramente abordado e refere que o mesmo pode ser analisado como “o copo meio cheio ou o copo meio vazio”. Considera que a Certificação Legal de Contas e o parecer é explícito e as reservas têm a ver com o património do Município que é uma matéria sobre a qual a Câmara vem trabalhando há uma série de anos, são também feitas algumas recomendações naquilo que foi a chamada de atenção sobre a faturação e a explicação dada pelos serviços é que, muitas vezes, estas faturas, quando estão em conferência, já as contas estão a ficar fechadas e isto é um facto mas que não desvirtua o essencial do que são as contas pois isto acontece ano após ano, ficando refletidas noutro ano e o próprio ROC refere isso no seu parecer, mas há sempre esta décalage que deve ser corrigida mas não há aqui nenhuma intenção de as coisas andarem a ser mascaradas. Mais refere que há também a questão das dívidas da água que a Câmara tem de resolver, mas considera que também é importante dar nota da melhoria que tem existido e este relatório demonstra que a Câmara está no bom caminho mas há sempre melhorias a fazer.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2020.**

---O Sr. Presidente informou que esta é uma Revisão Orçamental no valor de 2.304.000,00€. Mais informou que o que foi feito foi incorporar no orçamento o saldo de gerência bem como, com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para o ano de 2020, as verbas que serão alocadas ao Município de Mação por força do mesmo. Informou ainda que, em virtude deste montante foi feito um conjunto de reforços no orçamento, nomeadamente na área das obras nos edifícios da EB1 de Mação e da EB1 de Cardigos, na área da Floresta para as candidaturas que estão previstas nesta área, e

ainda nos arruamentos, na obra de requalificação do Cine Teatro Municipal e na Rota das Pesqueiras.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.**

O Sr. Presidente informou que foi presente em reunião de Câmara de 24 de abril de 2020, ofício da Junta de Freguesia de Envendos, no qual informava sobre pretensão de instalar um pequeno Parque Infantil na Praça da República, em Envendos e solicitava apoio da Câmara para realização do referido Parque Infantil. Mais informou que a Câmara aprovou um apoio com a atribuição do montante de 3 759,29€ (três mil setecentos e cinquenta e nove euros e vinte e nove cêntimos), conforme orçamentado pelos serviços da Câmara. Informou ainda que o executivo sempre afirmou a sua disponibilidade para colaborar e apoiar as freguesias a terem parques infantis pois considera os mesmos uma mais valia, nomeadamente com a parte da construção civil necessária para a instalação dos mesmos.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Análise Covid 19 – Concelho de Mação.**

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este assunto, foram entregues documentos a todos com informação sobre este assunto, e as ações que a Câmara Municipal de Mação tem levado a efeito ao longo deste processo têm sido devidamente transmitidas e percecionadas pelas pessoas. Mais refere que esta é uma situação que nenhum de nós esperava viver nem estava preparado para viver, considera que estamos constantemente a perceber como lidar com esta situação e o que a Câmara foi fazendo foi o mesmo que outras Câmaras com as possibilidades que tinham. Considera que, no Concelho de Mação todos têm dado o seu melhor no sentido de resolver ou ir tentando resolver as situações e tem havido um trabalho muito frutífero em prol da nossa população. Mais refere que a Câmara tentou acompanhar aquilo que foi a evolução da pandemia, tentando ir ao encontro daquilo que eram as necessidades

das pessoas estavam a sentir e fomos estando em acompanhamento com outras entidades, nomeadamente a Comunidade Intermunicipal, no sentido de irmos tomando as decisões que eram essenciais serem tomadas, nomeadamente na aquisição de equipamentos. Mais informou que a Câmara sentiu desde logo que havia um sector mais crítico, que eram as IPSS, o Sr. Presidente do Centro de Dia de Aboboreira solicitou uma reunião com as IPSS e essa reunião serviu para solidificar mais ainda essa necessidade e a Câmara, a partir daí, entrou num processo contínuo de aquisição de materiais de proteção para distribuir pelas IPSS e outros serviços, equipamentos de proteção e foi isso que foi feito ao longo do tempo, tendo já sido distribuídas mais de 7.500 máscaras cirúrgicas pelas IPSS e não só e foram também sendo tomadas mais um conjunto de medidas, não só de intervenção mais premente para este momento mas também já apensar no momento pós covid 19, se é que, ou quando esse momento surgirá, mas tentamos tomar iniciativas podem ajudar aquilo que é o tecido económico e empresarial do nosso concelho que está a passar por grandes dificuldades e vão ser propostas na próxima reunião de Câmara, um conjunto de medidas nesse sector e um conjunto de apoios para as IPSS e para os Bombeiros Voluntários de Mação. Mais refere que a Câmara foi sempre tentando cumprir aquilo que eram as suas obrigações, sempre que era solicitado, reunindo frequentemente com outras entidades e tomando as medidas, sobre as quais foi entregue informação nesta Assembleia. Refere ainda que nos últimos meses, muito do tempo útil tem sido ocupado com esta questão do covid 19 e agora, nesta fase, e tendo em conta as recomendações que surgiram, a Câmara está num processo de aquisição de máscaras comunitárias para serem distribuídas a toda a população. Continua referindo que a Câmara está no terreno, tentando ajudar, encontrar soluções para o pós covid e considera que temos sido um município pro ativo e que deve estar sempre a tentar ajudar as nossas populações e o executivo tem a consciência tranquila sobre o que tem estado a fazer, sempre no sentido de ajudar as pessoas neste contexto que estamos a viver. Termina agradecendo e reconhecendo o esforço de todos pois têm estado presentes para tentar ajudar a nossa população com este problema.

--- O vogal José António Almeida intervém para deixar a recomendação no sentido de todos os membros desta Assembleia, os membros da Câmara devem usar máscara em público e salas fechadas, como exemplo, pois agora com a abertura, vai haver mais perigos e o exemplo é importante nestes casos.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção agradecendo as medidas tomadas pela Câmara neste contexto da pandemia covid 19, pois considera que as mesmas são muito importantes para as pessoas. Continua referindo que seria a hora de ter reuniões com as associações pois as mesmas precisam imenso das Festas de Verão que realizam para pagarem as suas obras e outras despesas pois são elas que fazem mexer as pequenas aldeias do nosso concelho e considera que ter-se-á de olhar para as mesmas de uma forma carinhosa, tentando elaborar uma estratégia para que as mesmas não desapareçam pois são fundamentais para as nossas aldeias e para as populações das mesmas.

---O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção reforçando a intervenção anterior da Vogal Carla Loureiro, no sentido de solicitar à Câmara que tomasse algumas medidas em relação às associações pois as mesmas vão ter muitos problemas por não poderem realizar as suas Festas de Verão e considera que é necessário encontrar soluções. Mais refere que a Câmara tem um grande problema entre mãos com a Feira Mostra e considera que é necessário encontrar soluções, esclarecer as pessoas sobre o que vai acontecer este ano nesta matéria. Considera que, relativamente a este assunto e ao momento que vivemos, este não é um momento para um debate político mas sim um momento para estarmos unidos e para, todos juntos, dentro daquilo que pudermos, fazermos o melhor possível em prol das nossas populações e refere que o preocupa mais o que está para vir no futuro próximo e considera fundamental que haja união de esforços para enfrentar o que aí vem que, segundo os especialistas na matéria será duro e muito complicado. Refere ainda que as medidas que todos já foram tomando, Governo, Câmara, Juntas de Freguesia, Autoridade de Saúde parecem estar a ser adequadas no nosso país, pois o Sistema Nacional de Saúde tem funcionado bem, não tendo atingido o meio das suas capacidades e se assim aconteceu foi porque todos, entidades e população em geral têm dado o seu contributo, com exceção dos que prevaricam mas que são em número reduzido.

Relativamente ao Plano de Operações Municipais, no ponto e), relativo às Juntas de Freguesia, na alínea 2) diz: “ constituir-se como parceiro pró-ativo no planeamento, coordenação e execução integrada da ajuda aos cidadãos.”, refere que a atuação da Câmara com as Juntas de Freguesia e, apesar de ter havido alguns telefonemas, nomeadamente com a realização da reunião com as mesmas pecou por tardia, na sua opinião deveria ter sido realizada mais cedo. Refere que considera positiva a atuação da Câmara neste problema da pandemia e a sua observação é somente uma critica

construtiva. Solicita informação sobre se a reunião que ficou agendada se mantém. Relativamente às medidas que, muito bem, a Câmara já tomou e ainda poderá haver necessidade de tomar, solicita informação sobre qual é o orçamento da Câmara para as mesmas.

---O vogal João Paulo Bragança intervém para referir que, relativamente à possibilidade, quase certeza, de não se realizar a Feira Mostra nem as Festas de Verão no nosso concelho e, numa tentativa de ajudar as nossas associações, considera que seria interessante pensar na possibilidade de criar uma plataforma digital onde as associações e as pessoas que habitualmente participam nas Feiras dos Quintais, pudessem por à venda os seus produtos para que os mesmos pudessem ser adquiridos pelas pessoas que habitualmente o fazem e assim terem mais uma pequena ajuda neste momento difícil.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção felicitando a Câmara pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da pandemia covid 19, é um trabalho que não se sabe se está no começo ou no meio, porque no fim não estamos seguramente. Deixa a mensagem para que todos trabalhemos, enquanto portugueses e maçaenses no sentido de levarmos “a nau a bom porto”, pelo menos nosso concelho e para aquilo que for necessário, a bancada do Partido Socialista estará cá para colaborar com os projetos a ser desenvolvidos pela Câmara Municipal de Mação, visando o bem dos nossos munícipes e das nossas gentes, que são as nossas raízes.

---O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à Feira Mostra, ainda não há decisão governamental sobre o assunto mas não lhe parece ser possível realizar o evento em segurança e também, para além disso, imaginando que era permitido, seria que as pessoas com mais de 65 anos, que são uma percentagem grande do público do mesmo, iriam aderir e participar no evento? Relativamente às associações considera que a Câmara deve estar ao lado das associações para perceber de algumas necessidades que as mesmas apresentem e ajudar em casos de necessidade porque considera que não devemos ter ilusões quanto à realização das Festas de Verão pois as mesmas não devem realizar-se, pelo que tudo indica. Mais refere que, relativamente às praias fluviais e piscinas, está a decorrer uma reunião com a APA e a Autoridade de Saúde e outras entidades no âmbito da CIMT sobre esse assunto mas está convicto que também nesta área haverá problemas com os concessionários e esta situação terá uma dimensão no concelho, de prejuízos que ao dia de hoje são incomensuráveis. Relativamente à reunião mencionada pelo Vogal José

Fernando Martins informa que a mesma estava agendada para uma semana antes mas não se realizou nessa data por sua causa pois ficou em isolamento nesse dia por ter estado próximo de uma pessoa infetada de covid 19 e teve de esperar pelo resultado do teste em isolamento, pelo que pensa que compreendem o que aconteceu. Sobre o orçamento da Câmara para esta situação refere que, neste momento não tem um valor concreto pois há ainda muitas situações que não estão definidas e está também dependente da adesão aos pedidos de redução da faturação de água.

Em relação ao sugerido pelo Vogal João Paulo Bragança, considera a mesma interessante e considera que, eventualmente, a AmarMação poderá centralizar isso uma vez que tem conhecimento dos produtores e meios para o efeito. Termina referindo que, relativamente à intervenção do Vogal João Filipe, da parte da Câmara podem contar com aquilo que tem acontecido, pois temos sempre colaborado na nossa ação.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----